

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003733/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/09/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR065213/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46212.019254/2017-63
DATA DO PROTOCOLO: 28/09/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE MADEIRA, COM, CNPJ n. 00.453.901/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CORNELIO FERREIRA;

E

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA DE IMBITUVA, CNPJ n. 01.003.955/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ROSALVO BOBATO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissionais nas Indústrias de Madeira, Compensados, Laminados, Aglomerados, Celulose, Pasta de Madeira e Aparas de Papel, Papel em Geral EXCETO a categoria dos trabalhadores nas indústrias de papel, papelão, Celulose, Pasta de Madeira para papel, artefatos de papel e papelão, e papel higiênico, cortiça e transformação de papel**, com abrangência territorial em Imbituva/PR.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de **1º de maio de 2017**, fica instituído o pagamento de um PISO SALARIAL mínimo a todos os trabalhadores da categoria profissional, conforme abaixo:

FUNÇÕES	VALOR	VALOR
	SALÁRIO	HORA
1. Auxiliar de Produção	R\$ 1.315,66	R\$ 5,98
2. Zelador	R\$ 1.318,39	R\$ 5,99
3. Porteiro / Vigia / Guardião	R\$ 1.324,08	R\$ 6,01
4. Operador de Lixadeira	R\$ 1.346,76	R\$ 6,12
5. Operador de Esquadrejadeira	R\$ 1.346,76	R\$ 6,12
6. Operador de Guilhotina	R\$ 1.346,76	R\$ 6,12
7. Operador de Motosserra	R\$ 1.346,76	R\$ 6,12
8. Recepcionista	R\$ 1.352,42	R\$ 6,14
9. Operador de Empilhadeira	R\$ 1.372,27	R\$ 6,23
10. Auxiliar Administrativo	R\$ 1.383,60	R\$ 6,28
11. Operador de Caldeira	R\$ 1.428,99	R\$ 6,49
12. Operador de Prensa	R\$ 1.428,99	R\$ 6,49

13. Operador de Torno	R\$ 1.480,01	R\$ 6,72
14. Operador de Carregadeira	R\$ 1.508,36	R\$ 6,85
15. Encarregado de Produção	R\$ 1.533,89	R\$ 6,97
16. Encarregado Administrativo	R\$ 1.559,41	R\$ 7,08
17. Gerente de Produção	R\$ 1.842,95	R\$ 8,37

Parágrafo único: Fica instituído o PISO SALARIAL HORA para JOVENS APRENDIZES (Lei 10.097 de 19/12/2000 - art. 428 da CLT) no valor de R\$ 4,26 (quatro reais e vinte e seis centavos), correspondente ao valor mensal R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de **1º de maio de 2017**, aos empregados da categoria, será concedido o seguinte reajuste salarial:

Sobre o salário do mês de **abril de 2017**, será aplicado o percentual de **4% (quatro por cento)** a título de reajuste salarial.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Os salários deverão ser pagos até às dezoito horas do dia normal de trabalho, quando realizado em dinheiro, cheque-salário ou depósito em conta corrente, no caso de pagamento por cheque de emissão da própria empresa, o pagamento deverá ocorrer até às 11:30hs para que o funcionário possa descontá-lo na agência bancária, em qualquer dos casos, o pagamento deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

A primeira parcela do 13.º (décimo terceiro) salário deverá ser efetuada até o dia 30 de Novembro e a segunda até o dia 20 de Dezembro, impreterivelmente.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

- As empresas poderão conceder adiantamento salarial do dia 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) de cada mês, no percentual de 40% do salário nominal do empregado.
- Os adiantamentos concedidos na forma de: vale farmácia, vale gás, bem como outros adiantamentos serão considerados como adiantamento de salário e autorizados o desconto em folha de pagamento, e ou no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

Parágrafo único: O empregado que optar em não receber o adiantamento deverá se manifestar por escrito perante o empregador.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão obrigatoriamente, comprovantes de pagamento (envelopes e recibos) especificando o nome da empresa,

nome do empregado e as parcelas pagas a qualquer título, de forma discriminada, inclusive o salário hora, se for o caso. Informarão ainda o valor do recolhimento do FGTS e os descontos efetuados.

CLÁUSULA NONA - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO

Quando constatado erro na folha de pagamento, não decorrente de verbas controvertidas, a empresa se obriga a corrigir o mesmo, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIFERENÇAS SALARIAIS

Eventuais diferenças salariais dos meses de maio, junho, julho e agosto de 2017, deverão ser pagas através de folha complementar, em até três parcelas, juntamente com o pagamento dos salários de setembro, outubro e novembro de 2017. E na hipótese da rescisão de contrato, juntamente com as demais verbas de direito.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores que foram desligados a partir de 1º de maio de 2017, também terão direito às diferenças acima, que serão pagas até o 10 de novembro de 2017.

Parágrafo Segundo: Caso os trabalhadores sofram prejuízos no salário família em razão das diferenças acima citadas, as empresas farão o ressarcimento no mesmo mês.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

- a) As horas extras trabalhadas serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento).
- b) As horas extras realizadas em dia destinado a repouso semanal (domingo e feriados), serão remuneradas em dobro, quando não compensadas, nos termos do art. 59, parágrafo 1.º da CLT e Súmula 146 do TST.
- c) As horas extras habitualmente trabalhadas deverão constar do cálculo de 13º (décimo terceiro) salário, férias, aviso prévio, indenização, descanso semanal remunerado e FGTS, assim como os cálculos dos reflexos referentes às verbas rescisórias a que é de direito.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal, abrangendo o horário das 22h00min de um dia até as 05h00min do dia seguinte, sendo considerada para fins de cálculo a hora do trabalho noturna, a como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado, a empresa se obriga a informar ao sindicato dos trabalhadores, com maior brevidade da ocorrência do falecimento. Ficam ainda as empresas obrigadas ao pagamento de um auxílio funeral diretamente ao dependente mais próximo, mediante comprovação, no valor de 01(um) piso salarial mínimo da categoria, no caso do falecimento por acidente de trabalho, o valor do auxílio, serão de 02 (dois) salários pisos mínimo da categoria.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA

As Empresas manterão, quando necessário, sem qualquer ônus, aos vigias, porteiros e guardiões, quando estes, em defesa do patrimônio da Empresa, venham a cometer atos que impliquem em processo judicial.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÕES CONTRATUAIS

As homologações das rescisões contratuais e o pagamento dos valores decorrentes da mesma atenderão as seguintes condições:

- a) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato de trabalho.
- b) Até o décimo dia, contado da data de notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, com indenização do mesmo.
- c) O não atendimento dos prazos retro fixados implicará, além da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT, o pagamento de multa indenizatória equivalente a um dia de salário para cada dia de atraso diretamente ao funcionário dispensado, juntamente com as verbas rescisórias.
- d) A indenização aqui prevista, não se aplicará em caso de demissão por decretação de falência ou concordata.
- e) Na falta ou recusa do empregado no recebimento das verbas rescisórias, o Sindicato dos Trabalhadores fará as ressalvas de faltas ou recusas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- f) Aos empregados com mais de 180 (cento e oitenta) dias de serviço, obriga-se a empresa a homologar a rescisão junto ao sindicato da categoria.
- g) No caso das homologações realizadas na sexta-feira com cheque de emissão da própria Empresa, o pagamento deverá ser efetuado até as 11h30 (onze e trinta horas); após este horário, o pagamento deverá ser efetuado em moeda corrente nacional;
- h) Quando das homologações, a empresa deverá apresentar:
 1. O Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho em 05 (cinco) vias, e também 02 (duas) cópias da Comunicação de movimentação do FGTS do trabalhador.
 2. Exames médicos demissionais, conforme determinação das NR's 07 e 09 da Medicina do Trabalho.;
 3. O extrato do FGTS e comprovante de recolhimento da multa, se devida, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 9º do Decreto 2.430/97 que regulamentou a Lei 9.491/97.

Parágrafo Primeiro: Nos casos de homologação de rescisão de empregado menor (acompanhado dos pais) e empregado analfabeto, os valores referentes às verbas rescisórias deverão ser pago em espécie (dinheiro).

Parágrafo segundo: Em razão do advento da Lei 13.467/2017, estabelecem as partes que as obrigações e procedimentos estabelecidos na presente Cláusula somente terão validade e necessidade de cumprimento das medidas até o dia 12 de Novembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Ocorrendo Demissão por Justa Causa, deverá o empregador especificar os motivos em carta a ser entregue ao empregado mediante recibo.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO

- a) O aviso prévio será comunicado obrigatoriamente por escrito, contra recibo, esclarecendo se o Trabalhador deve ou não trabalhar no período.
- b) No aviso prévio ou na carta de demissão, quando for o aviso indenizado, ou trabalhado deverá a Empresa anotar a data, hora, e local do pagamento das verbas rescisórias, para conhecimento do Trabalhador.
- c) O Trabalhador analfabeto que tenha pedido demissão deverá cientificar o Sindicato Laboral, sendo que este colocará visto no respectivo documento de aviso prévio.
- d) O acréscimo que trata a Lei 12.506/2011, ou seja, 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, só se aplica quando a iniciativa da rescisão contratual for do empregador.
- e) Em se tratando do aviso prévio de iniciativa do empregador concedido ao empregado na modalidade trabalhado, o acréscimo da alínea "d", repercute como dever de efetivo trabalho. Logo, na eventualidade do empregado faltar injustificadamente durante o curso do aviso prévio sofrerá os descontos legais.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

- a) Os contratos de experiência serão de 30 (trinta) ou 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ocorrer a prorrogação por igual prazo e deverão conter a assinatura do Trabalhador, bem como serem registrados na CTPS, inclusive a prorrogação.
- b) A Empresa fornecerá ao Trabalhador a 2ª (segunda) via do contrato de experiência, firmado por prazo determinado.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RECEBIMENTO, ANOTAÇÃO E ENTREGA DA CTPS

As empresas procederão às anotações na carteira profissional dos empregados, conforme estabelece o artigo 29 da CLT, no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas), fornecendo recibo por ocasião de apresentação e entrega, bem como os demais documentos.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

A Trabalhadora gestante terá assegurado estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.

Outras estabilidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIAS ESPECIAIS DE TRABALHO

- a) O Trabalhador que sofreu acidente de trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na Empresa, após a cessação do auxílio doença acidentário.
- b) Ao Trabalhador afastado por motivo de doença por mais de 45 (quarenta e cinco) dias com reconhecimento pela perícia realizada pelo INSS, será assegurada estabilidade no emprego por 30 (trinta) dias após o término da licença, exceto quando a Unidade (filial) for extinta ou tiver suas atividades paralisadas.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE HORÁRIOS DE TRABALHO

Diante das disposições Constitucionais, de redução de jornada de trabalho, acordam os Sindicatos convenientes em oficializar o regime de compensação da jornada de trabalho, com a extinção total ou parcial de trabalho aos sábados, nas seguintes condições:

- a) Extinção completa do trabalho aos sábados: As horas de trabalho correspondente aos sábados, serão compensadas no decurso da semana com acréscimo na jornada de segunda a sexta feira, de até 02 (duas) horas diárias, até que sejam completadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitando os intervalos legais. Não será acrescido às horas trabalhadas no decorrer da semana, para efeito de compensação do Sábado, nenhum valor ou percentual sobre qualquer argumento.
- b) Conforme o disposto no artigo 7º §XIII da Constituição Federal, fica facultado as empresas, a majoração diária da duração do trabalho, através da Jornada Especial de 12 x 36 horas para as funções de porteiro, vigia/guardião, respeitando-se as disposições legais de intervalo intra-jornada.
- c) Outras disposições: Estabelecem ainda as partes de comum acordo, que a jornada de trabalho, quando não prorrogada pela extinção total do trabalho aos sábados, será jornada normal, facultando-se a realização de horas extras, desde que obedecidas a carga máxima diária prevista em lei.
- d) As empresas poderão conceder aos empregados o intervalo para repouso ou alimentação de no máximo 01:30 (uma hora e trinta minutos) e 15 (quinze) minutos para café no período da manhã e, ou 15 (quinze) minutos no período da tarde, cujos intervalos não serão computados na jornada de trabalho.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Os empregados estudantes serão dispensados sem prejuízos de seus salários, para prestação de provas constantes do currículo escolar ou vestibular que coincidam com o horário de trabalho, devendo o mesmo comprovar a efetiva realização de prova ou vestibular no prazo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SAQUE DO PIS

A empresa liberará o empregado para efetuar o saque do PIS, sendo que as horas dispensadas não poderão ser compensadas ou descontadas. Não se aplicam as disposições acima aos trabalhadores cujo horário de trabalho não coincida com o horário de expediente bancário, bem como aqueles cujas empresas mantenham convênio com a pagadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS LEGAIS

O empregado terá direito as seguintes ausências legais:

- a) de 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos ou pessoa que declarada em sua carteira de trabalho viva sob sua dependência econômica.
- b) de 3 (três) dias consecutivos, em virtude do seu casamento;
- c) de 5 (cinco) dias consecutivos no decorrer da primeira semana de nascimento de filho na forma da CF/88.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Na vigência desta convenção Coletiva de Trabalho, as empresas, juntamente com o Sindicato Laboral poderão instituir o banco de horas.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS ADQUIRIDAS, PROPORCIONAIS E COLETIVAS

Quando o funcionário for dispensado para o gozo de férias, fará jus ao pagamento das férias, mais 1/3 a que tem por direito no início da mesma.

- a) Para os empregados com menos de 12 (doze) meses de serviços para a mesma empresa, e que rescindam o seu contrato de trabalho por pedido de demissão, fica assegurado o pagamento das férias proporcionais correspondentes aos meses trabalhados, ou fração superior a 14 dias, incluída a indenização de um terço de que trata o art. 7, XVII da C.F.
- b) O início das férias não poderá coincidir com Sábado, Domingo ou feriado. E a partir da vigência da Lei 13.467/2017, que ocorrerá em 12 de Novembro de 2017, não poderá iniciar no período de até 2 (dois) dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- c) Quando o período de gozo das férias ocorrerem durante o mês de reajuste salarial, a complementação do pagamento da mesma deverá ser efetuada no primeiro mês subsequente ao gozo das mesmas.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - REFEITÓRIO - LOCAL ADEQUADO PARA REFEIÇÃO

As empresas manterão local adequado para refeição e lanche de acordo com as normas regulamentares.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS

A empresa que adota o sistema de compensação com suspensão dos trabalhos aos sábados, será garantido o pagamento ao empregado do dia que ele faltou mediante atestado como se trabalhando estivesse. Os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativo do Sindicato dos Trabalhadores serão obrigatoriamente aceitos, desde que atendidas as disposições da Portaria MTGM n° 1722, de 25.05.1979.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PROTEÇÃO E SAÚDE OCUPACIONAL

a) FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL:

a.1) É de responsabilidade das empresas o fornecimento de todas as ferramentas e equipamentos de E.P.I e E.P.C necessários para o desenvolvimento do trabalho, conforme NR.06 item 6.6.

a.2) No caso de ser obrigatório o uso de uniforme, este deverá ser fornecido gratuitamente pelo empregador. O trabalhador se compromete a utilizar o equipamento de proteção individual, recomendado para sua área, zelando pelo seu bom uso e funcionamento. Caso o equipamento seja danificado, deverá imediatamente pedir a substituição do mesmo junto ao encarregado de seu setor.

a.3) O não uso dos EPIs pelo empregado poderá acarretar as penalidades legais.

b) HIGIENIZAÇÃO:

As empresas manterão a higiene das instalações sanitárias, que deverão ter separação de sexos, além de lavatórios, chuveiros, e se obrigam ao fornecimento de água potável nos locais de trabalho, de acordo com o artigo 200, item VII da CLT.

c) CIPA:

As empresas deverão continuar a apoiar e aprimorar as atividades da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

d) PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO DO TRABALHADOR:

No primeiro dia do trabalho do empregado, serão dedicadas tantas horas quantas forem necessárias para a demonstração e instrução dos equipamentos de proteção individual, das peculiaridades e riscos da atividade a ser exercida, do local de trabalho, como o programa de prevenção de acidentes de trabalho desenvolvidos pela empresa.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA REMUNERADA PARA DIRIGENTES SINDICAIS

Quando solicitado pela Entidade Sindical Profissional, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, as Empresas se obrigam a fornecer licença remunerada aos dirigentes efetivos ou suplentes da entidade sindical, que porventura façam parte de seu quadro. Neste caso os vencimentos dos dirigentes sindicais serão pagos como se trabalhando estivessem, mantendo-se todas as vantagens existentes, limitando-se a 15 (quinze) dias por ano.

Parágrafo Único: Ocorrendo ausências em conformidade com esta cláusula, ficam mantidas todas as vantagens oferecidas pelas Empresas.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

a) Fica estabelecido entre os signatários que todos os trabalhadores que se beneficiaram do reajuste salarial ou foram abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, sofrerão um desconto que os empregadores farão sobre o total da remuneração dos empregados (artigo 457 CLT), "per capita", de **3,5% (três e meio por cento) sobre a remuneração de cada trabalhador do mês de setembro de 2017**, sendo que deste percentual será repassado 0,5% (meio por cento) a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, conforme estabelece o Inciso X, do artigo 8º do Estatuto Social.

b) Estes descontos foram estabelecidos de acordo com a manifestação da Assembléia Geral, com respaldo no artigo 8º IV da CF, e está dentro da razoabilidade.

c) A fim de evitar-se duplicidade de desconto estipula-se a obrigatoriedade da anotação do referido desconto na CTPS do empregado, sua data, valor e nome da entidade obreira favorecida.

d) As importâncias resultantes dos descontos deverão ser depositadas junto a Caixa Econômica Federal S/A ou Banco do Brasil, em nome da entidade obreira até o dia 10/10/2017, sob as sanções do artigo 600 da CLT.

e) Fica claro entre as Entidades convenentes que todo e qualquer valor descontado dos trabalhadores, a título de contribuição negocial, é de exclusiva responsabilidade da Entidade Profissional.

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, deverá ser efetuado o desconto por ocasião da rescisão, bem como o empregado que no mês do desconto estiver afastado do emprego por qualquer motivo, sofrerá o desconto no retorno.

Parágrafo Segundo: Fica assegurado aos empregados o direito de oposição à referida contribuição, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, diretamente ao Sindicato profissional em sua sede ou sub-sede até 10 (dez) dias após o registro deste instrumento no Ministério do Trabalho e Emprego, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente salvo em se tratando de empregado analfabeto, quando poderá opor-se através de termo redigido por outrem, no qual deverá estar atestado por 02 (duas) testemunhas devidamente identificadas. Recebida a oposição, o Sindicato fornecerá recibo de entrega e encaminhará ao empregador para que não seja procedido o desconto.

Parágrafo Terceiro: A presente redação encontra-se em consonância com as orientações contidas na ordem de serviço nº 01 do MTE, publicada em 24.03.2009, como também com a consolidada jurisprudência do STF, nos julgados (RE 189960-3, DJU 17/11/00 e AI 238733, DJU 21/05/99 - Ministro Marcos Aurélio), (AI 720757 Ministro Eros Grau, DJU 20/08/08), (RE 22012-0, DJU 22/05/98, Ministro Sepúlveda Pertence). O TRT 9ª Região também acolhe referida contribuição de acordo com os julgados 7711-2007-663-09-00-2 e 0125-2008-424-09-00-4. O Ministério Público do Trabalho ? MPT 9ª Região, autorizou essa modalidade de contribuição nos Termos de Ajustamento de Conduta nº 86/09 (PP 278/09 e 281/09).

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

Fica assegurado ao sindicato, o direito de manter nas dependências da empresa, um quadro de avisos em local a ser previamente escolhido. Somente serão afixados os avisos ou boletins emitidos pela entidade representativa dos trabalhadores, devidamente assinados por membros da diretoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DE DOCUMENTOS

Em conformidade com a legislação vigente, as Empresas fornecerão ao Sindicato Profissional, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após sua notificação, cópia da Guia de Previdência Social, relativa ao recolhimento dos períodos solicitados. Também encaminharão ao Sindicato Profissional, mediante prévia solicitação formal, cópia das guias de recolhimento da contribuição sindical, de acordo com o artigo 583, parágrafo 2º da CLT, bem como relação dos empregados que sofreram o desconto, contendo nome, salário e valores recolhidos.

Parágrafo Único: No caso dos trabalhadores que sofreram o desconto da contribuição sindical após março de cada ano, e em caso de rescisão contratual, a empresa apresentará ao Sindicato Profissional, cópia da GRCS devidamente quitada, juntamente com os documentos rescisórios, no ato da homologação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RECOLHIMENTO DE MENSALIDADES

- a) De acordo com o artigo 545 ? parágrafo único da CLT, os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles autorizados, as contribuições mensais devidas ao sindicato.
- b) A empresa enviará ao Sindicato dos Trabalhadores, relação dos empregados ativos e desligados do mês que recolheram a mensalidade sindical, até o décimo dia após o recolhimento.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MULTA CONVENCIONAL

No descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica estipulado, sem cumulatividade, 01 (um) piso salarial da categoria, paga pelo empregador ao empregado.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica acordada entre as partes a instituição de uma comissão paritária para a solução dos problemas entre as categorias laboral e patronal.

Parágrafo único– Estabelecem as partes que no mês de janeiro/2018, realizarão mesas redondas de forma permanente, visando a discussão das demais Cláusulas, buscando uma forma de aprimoramento da CCT, bem como das novas alterações legislativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACERVO TÉCNICO

Desde que solicitado pelo empregado demissionário, a empresa fornecerá obrigatoriamente, declaração em que constem os cursos, seminários, palestras, congressos e atividades de ensinos frequentados pelo empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESTACIONAMENTO

As empresas manterão nos locais de trabalho, estacionamento para bicicletas e motocicletas, desde que tenham espaço físico adequado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EMPRESAS NOVAS

Obrigam-se as empresas antes de iniciarem as suas atividades, encaminhar ao Sindicato laboral cópia do exigido no artigo 160 da CLT, bem como o exigido na NR nº 2 Portaria nº 3.214/78.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PONTO

As partes aqui convenientes, em consonância com o que dispõe a Portaria nº 373 do MTE, publicada no DOU no dia 28 de fevereiro de 2011, e com o intuito de criar meios alternativos para controle de jornada dos trabalhadores, estabelecem que as empresas poderão adotar as seguintes medidas para registro da jornada:

- a) registro manual;
- b) registro mecânico;
- c) registro eletrônico, qualquer que seja o equipamento utilizado, independente de fabricação e modelo.

Parágrafo Único: Fica dispensado o registro na entrada e saída do intervalo para alimentação.

CORNELIO FERREIRA
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE MADEIRA,COM

JOSE ROSALVO BOBATO
Presidente
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA MADEIRA DE IMBITUVA

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE FECHAMENTO DA CCT - IMBITUVA 2017

[Anexo \(PDF\)ATA](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço

